

CONCURSO C-306 - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

Prova escrita de Direito do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Processual do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional, Direito Civil (Lei de Introdução, Parte Geral e Obrigações) e Direito Comercial.

2ª ETAPA

INSTRUÇÕES

1. Esta prova constará de 100 questões e será realizada em duas etapas, de 50 questões cada.
2. Confira se este caderno contém 50 questões.
3. Todas as questões têm o mesmo valor, sendo considerado aprovado o candidato que acertar, pelo menos, 50 questões.
4. Preencha a parte lateral da folha de respostas com os dados solicitados.
5. Use somente caneta de tinta azul ou preta.
6. Não use caneta com tinta que atravesse ou borre o papel.
7. Assinale na folha de respostas somente a alternativa que entender correta.
8. Não rasgue nem rasure a folha de respostas.
9. A duração de cada etapa da prova é de 4 (quatro) horas.
10. Durante a realização da prova é proibido o uso de quaisquer anotações ou consulta a textos legais.
11. O candidato que tornar identificável a folha de respostas será automaticamente desclassificado.

3/7/2001

BOA SORTE

Prova escrita de Direito do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Processual do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional, Direito Civil (Lei de Introdução, Parte Geral e Obrigações) e Direito Comercial.

Dia 3/7/2001 - Segunda etapa

QUESTÕES

DIREITO DO TRABALHO

51. Tendo em vista as alterações que ocorrem no contrato de trabalho, é correto dizer que:

I. Quanto à sua origem, as alterações podem ser obrigatórias ou voluntárias, sendo que estas últimas podem ser unilaterais e bilaterais.

II. Quanto à sua origem, as alterações podem ocorrer no contrato de trabalho ou nas condições para a execução do trabalho, ficando estas ao cargo do empregador.

III. Quanto ao seu objeto, as alterações no contrato de trabalho podem ser lícitas ou ilícitas, estas últimas promovidas unilateralmente pelo empregador.

IV. Quanto ao seu objeto, as alterações no contrato de trabalho podem ser consensuais ou extracontratuais; legais ou sindicais.

V. Para os fins doutrinários não se considera como alteração de contrato a variação salarial do empregado.

- a) Apenas a afirmativa III está correta.
- b) As afirmativas I e IV estão corretas.
- c) As afirmativas I e a V estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa I está correta.
- e) Nenhuma das afirmativas está correta.

52. Assinale a afirmativa correta:

I. No Direito do Trabalho é absoluto o princípio da inalterabilidade unilateral do contrato; ele não permite o *jus variandi* do empregador.

II. No Direito do Trabalho prevalece a alteração de contrato pelo consenso das partes contratantes, que são como escravos do que suas vontades ajustaram - *pacta sunt servanda*.

III. A própria lei permite, em certos casos, as alterações unilaterais do contrato pelo empregador e o seu argumento de "necessidade do serviço". Porém, essas hipóteses devem ter sido previamente ajustadas no contrato de trabalho.

IV. Qualquer alteração das condições de trabalho e das bases do contrato de trabalho deve ser submetida à autonomia privada coletiva, pois é de interesse da categoria profissional.

V. A alteração contratual causada pelo *jus variandi* não pode ser vista como arbítrio do empregador: ela se legitima quando corresponde a uma real necessidade para os fins empresariais.

- a) Apenas a afirmativa IV está correta.
- b) As afirmativas I e III estão corretas.
- c) As afirmativas II e IV estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa V está correta.
- e) Nenhuma das afirmativas está correta.

53. Assinale a alternativa correta:

I. Na suspensão do contrato de trabalho para a prestação do serviço militar, o retorno do trabalhador ao emprego é garantido por lei, porém o cômputo do tempo de serviço não deve incluir esse período de inexecução contratual para os fins indenizatórios.

II. As causas de suspensão ou de interrupção do contrato de trabalho estão previstas em lei, sobretudo em razão dos efeitos imperativos nas obrigações, e, conseqüentemente, as partes, trabalhador, empresa ou sindicatos, não podem ajustar sobre essa matéria.

III. O trabalhador que ingressa, voluntariamente, nas Forças Armadas, não

poderá invocar a regra legal atinente à suspensão de seu contrato de trabalho.

IV. O trabalhador estrangeiro, que vai prestar o serviço militar em seu país de origem, também está protegido pela lei trabalhista acerca da suspensão do seu contrato de trabalho.

V. O afastamento do empregado para o exercício de mandato sindical corresponde, em regra, à licença não remunerada e, nessas condições, trata-se de interrupção do contrato de trabalho.

- a) Apenas a afirmativa V está correta.
- b) Apenas a afirmativa III está correta.
- c) As afirmativas II e III estão corretas.
- d) As afirmativas I e IV estão corretas.
- e) Nenhuma das afirmativas está correta.

54. Assinale a alternativa correta:

I. A rescisão do contrato de trabalho ocorre quando as próprias partes desfazem o ajuste que haviam celebrado.

II. A resolução é o modo de dissolução do contrato de trabalho quando há inexecução faltosa por uma das partes contratantes.

III. A revogação é um modo próprio de dissolução dos contratos a título gratuito, mas excepcionalmente, a lei pode conceder esse direito a um contrato oneroso.

IV. A força maior provoca a dissolução do contrato pela impossibilidade de sua execução.

V. A extinção normal do contrato de trabalho ocorre quando atinge seu termo prefixado, alcança o seu objetivo, uma vez realizada a obra contratada, ou quando verificado o acontecimento previsto.

- a) A afirmativa I é falsa.
- b) A afirmativa III é falsa.
- c) A afirmativa II é falsa.
- d) As afirmativas IV e V são falsas.

e) Nenhuma das afirmativas é falsa.

55. Assinale a alternativa correta:

I. O ato pelo qual um dos contratantes do contrato de trabalho - o empregador - exerce o direito potestativo de extinguir a relação jurídica que os ligava denomina-se dispensa do empregado. Trata-se de uma declaração de vontade, de natureza receptícia e constitutiva.

II. A dispensa do empregado por ato unilateral do empregador encontra limites em situações previstas em lei, como a estabilidade ou a garantia de emprego, mas tais institutos modernamente se resolvem pela natureza indenizatória do direito trabalhista.

III. A rescisão unilateral do contrato de trabalho pelo empregado denomina-se demissão. E, sendo o empregado detentor de estabilidade absoluta, o pedido de demissão só é válido com a assistência do sindicato de classe e homologado perante a Justiça do Trabalho.

IV. A chamada despedida indireta não é senão ato que manifesta a resolução do contrato de trabalho pelo empregado, em virtude de inexecução contratual por parte do empregador. A extinção do pacto laboral é imediata, sem direito à aviso prévio.

V. O contrato do trabalhador aprendiz não pode sofrer extinção, por iniciativa do empregador, antes do final do curso do Senai e essa norma tem se estendido aos contratos de estagiários de cursos profissionalizantes.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) As afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa IV está correta.
- d) As afirmativas IV e V estão corretas.
- e) Nenhuma das afirmativas está correta.

56. Em relação ao aviso prévio, é correto afirmar que:

I. O reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, não beneficia o empregado pré-avisado da despedida, que tenha recebido

antecipadamente os salários correspondentes.

II. A cessação da atividade da empresa, com o pagamento de indenização respectiva aos empregados, exclui o direito ao aviso prévio, haja vista tratar-se de fato impeditivo ao direito dos trabalhadores.

III. Cabe o aviso prévio nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência.

IV. É legalmente aceita a substituição da redução da jornada de trabalho, no período do aviso prévio, pelo pagamento em dobro das horas em que o empregado deveria ser liberado.

V. Na hipótese de demissão sem justa causa, o pedido do empregado de dispensa de cumprimento do aviso prévio exime o empregador de pagar o valor respectivo, especialmente se o trabalhador houver obtido novo emprego.

- a) A afirmativa III está correta.
- b) As afirmativas I e II estão corretas.
- c) A afirmativa IV está correta.
- d) A afirmativa V está correta.
- e) Nenhuma das afirmativas está correta.

57. Assinale a alternativa correta:

No término do contrato de trabalho por justa causa, em razão de falta cometida pelo empregado, ao empregador cabe:

I. Apurar o ato faltoso com documentos e/ou testemunhas para que possa vir ao processo trabalhista comprovar suas razões na despedida.

II. Observar a pessoa do trabalhador, o motivo, a extensão e a gravidade da falta cometida para a configuração da justa causa.

III. Atentar para a distinção entre falta grave e justa causa para que possa, no primeiro caso, aplicar a punição proporcional prevista em lei ou, no segundo caso, rescindir a contratação.

IV. Observar a extensão e gravidade da falta cometida pelo empregado, o prejuízo às obrigações contratuais, e a atualidade entre a falta e a punição

por justo motivo.

V. Apurar o ato faltoso a fim de constatar a culpa do empregado e, havendo reincidência específica, aplicar o término contratual com justa motivação.

- a) A afirmativa I está correta.
- b) A afirmativa II está correta.
- c) A afirmativa III está correta.
- d) A afirmativa IV está correta.
- e) A afirmativa V está correta.

58. Um mesmo fato pode repercutir a um só tempo no âmbito do Direito do Trabalho e no Direito Penal: a falta grave pode constituir crime previsto em lei. Assim, é certo dizermos que:

I. O empregador, nesses casos, está obrigado ao procedimento criminal do empregado podendo ajuizar no foro trabalhista ação consignatória que, de qualquer modo, terá o andamento sobrestado até que seja julgada a falta pelo Juízo Criminal.

II. O processo penal, ou a sentença condenatória criminal, não tem qualquer influência na ação trabalhista.

III. A sentença absolutória no Juízo Criminal que tiver negado categoricamente a existência material do fato ou a sua autoria pelo empregado dará direito à nulidade da despedida justa e reintegração no emprego.

IV. O arquivamento do inquérito, ou a sentença criminal que declara que o fato não constitui crime, não impede a ação trabalhista e a verificação do justo motivo para a ruptura do contrato de trabalho.

V. A absolvição do empregado, na esfera do Juízo Criminal, impedirá que o mesmo fato seja considerado pelo Juiz do Trabalho falta capaz de justificar a resolução do contrato.

- a) As afirmativas I e II estão corretas.
- b) As afirmativas II e III estão corretas.
- c) A afirmativa IV está correta.

- d) A afirmativa V está correta.
- e) Nenhuma das afirmativas está correta.

59. Quanto aos motivos previstos em lei para a resolução do contrato de trabalho, por justa causa, pelo empregador, é certo dizer que:

I. A improbidade é a violação de um dever moral; é a maldade, malícia e perversidade; a desonestidade insinuada, mas suficiente para destruir a base de confiança e a boa-fé em que repousa o contrato de trabalho.

II. A negociação habitual por conta própria ou alheia, como falta praticada pelo empregado, impede que o mesmo monte empresa própria ou trabalhe na mesma atividade para outro empregador.

III. A negociação habitual, prevista na Consolidação Trabalhista como falta ensejadora de justo motivo para o término contratual, deve ser entendida como o crime de concorrência desleal.

IV. A desídia é a negligência, e esta pressupõe a culpa do empregado. É a falta de cumprimento ou o cumprimento inadequado das obrigações decorrentes do contrato de trabalho. Em geral ela se caracteriza por uma série de atos pequenos, como faltas ao serviço ou chegadas com atraso.

V. O ato de indisciplina ocorre contra um determinado regulamento da empresa para a execução do serviço, ou ordem direta de um superior hierárquico. A conduta está inserida no *jus resistentiae* do trabalhador.

- a) A afirmativa I está correta.
- b) As afirmativas II e III estão corretas.
- c) As afirmativas III e IV estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa IV está correta.
- e) Nenhuma das afirmativas está correta.

60. Assinale a alternativa correta:

I. Pelo regime da Consolidação Trabalhista a associação profissional representa uma fase preliminar, embrionária, da investidura sindical, cabendo ao Ministério do Trabalho, mais adiante, analisando a documentação necessária, expedir a carta de reconhecimento.

II. Os grupos de empregadores e de trabalhadores, intervencidos pelo exercício de atividades econômicas ou profissionais idênticas, similares ou conexas, têm o direito de constituir o respectivo sindicato desde que ele ainda não exista representando a categoria na mesma base territorial.

III. Somente os servidores públicos militares, compreendendo nestes os membros das Forças Armadas, das polícias e dos corpos de bombeiros militares, estão impedidos de sindicalizar-se.

IV. A unicidade sindical do modelo sindical brasileiro, a partir da Constituição de 1988, deixou permanecer do antigo modelo o enquadramento por categoria econômica, categoria profissional e categoria diferenciada, afastando apenas o enquadramento pela atividade preponderante do empregador.

V. O modelo sindical brasileiro tem a unicidade do sindicato econômico e profissional por base geográfica, e não admite a sindicalização de trabalhadores autônomos, profissionais liberais e agrupamento de trabalhadores de um mesmo ofício.

- a) As afirmativas I e II estão corretas.
- b) As afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Apenas a afirmativa IV está correta.
- e) As afirmativas IV e V estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

61. Antes da Constituição Federal de 1988, não havia o recurso especial. Havia somente o recurso extraordinário. Com o advento da atual Constituição, o antigo recurso extraordinário desmembrou-se em recurso extraordinário e recurso especial, sendo aquele interposto perante o Supremo Tribunal Federal e, este, perante o Superior Tribunal de Justiça, criado igualmente pela nova Constituição. Diante dessa realidade, assinalar nas proposições abaixo, a única que está correta:

- a) O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-

presidente do tribunal recorrido, em petições distintas, que conterão a demonstração do cabimento do recurso interposto e as razões do pedido de reforma da decisão recorrida.

b) Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo de instrumento, no prazo de 15 (quinze) dias, para o Supremo Tribunal Federal ou para o Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso.

c) O recurso extraordinário, ou o recurso especial, quando interpostos contra decisão interlocutória em processo de conhecimento, cautelar, ou embargos à execução, ficará retido nos autos e somente será processado se o reiterar a parte, no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para as contra-razões.

d) Recebida a petição pela secretaria do tribunal e aí protocolada, serão os autos conclusos para a admissão ou não do recurso, no prazo de 15 (quinze) dias em decisão fundamentada e em seguida será intimado o recorrido, abrindo-se-lhe vista para apresentar contra-razões.

e) Admitidos ambos os recursos, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal para apreciação do recurso extraordinário. Concluído o julgamento, serão os autos remetidos ao Superior Tribunal de Justiça para apreciação do recurso especial, se este não estiver prejudicado.

62. Nas afirmações abaixo só existe uma que não está correta. Assinalar essa alternativa:

a) Haverá julgamento conforme o estado do processo, sem que se aprecie o mérito, se se verificar a existência de convenção arbitral.

b) Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos da lei, impetrar o mandado de segurança por telegrama ou radiograma ao juiz competente, que poderá determinar seja feita pela mesma forma a notificação à autoridade coatora.

c) O requerido será citado, qualquer que seja o procedimento cautelar para, no prazo de 5 (cinco) dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.

d) Os processos de mandado de segurança terão prioridade sobre todos

os demais atos judiciais. Na instância superior, deverão ser levados a julgamento na primeira sessão que se seguir à data em que, feita a distribuição, forem conclusos ao relator.

e) Transitado em julgado o acórdão, o escrivão, ou secretário, independentemente de despacho, providenciará a baixa dos autos ao juízo de origem, no prazo de 5 (cinco) dias.

63. Considerando a legislação processual civil atualmente em vigor, é correto afirmar o seguinte:

a) Da decisão que não admitir os embargos infringentes caberá agravo, em 48 (quarenta e oito) horas, para o órgão competente para o julgamento do recurso.

b) O incidente de uniformização de jurisprudência é instaurado por provocação de qualquer juiz, ao dar seu voto na turma, câmara ou grupo de câmaras.

c) O recorrente poderá, a qualquer tempo, com anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

d) Havendo solidariedade passiva, o recurso interposto por um devedor aproveitará aos outros, mesmo que as defesas opostas ao credor não lhes forem comuns.

e) Interposta a apelação, o juiz, antes de declarar os efeitos em que a recebe, mandará dar vista ao apelado para responder.

64. Marcar a única alternativa que está errada:

a) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer no processo em que é parte, como naqueles em que oficiou como fiscal da lei.

b) Se o devedor for casado e o outro cônjuge, assumindo a responsabilidade por dívidas, não possuir bens próprios que bastem ao pagamento de todos os credores, poderá ser declarada, nos autos do mesmo processo, a insolvência de ambos.

c) Na execução por carta, os embargos serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem unicamente vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação dos bens.

d) Quando na sentença há uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor é lícito promover simultaneamente a execução daquela e a liquidação desta.

e) Declarada a insolvência, o devedor não perde o direito de administrar os seus bens, o que ele perde é o direito de dispor deles, até a liquidação total da massa.

65. Medida cautelar é a providência concedida pelo juiz, de ofício ou a requerimento do interessado, com a finalidade de afastar situações de periclitância do direito ao processo ou de atender à necessidade de prevenção em geral. A doutrina reconhece as medidas cautelares como nominadas ou inominadas, enquanto outros usam expressões típicas ou atípicas para as mesmas categorias. Levando-se em conta essas considerações, assinalar a única alternativa correta em relação às medidas cautelares nominadas ou específicas:

a) A ação de atentado será processada e julgada pelo juiz que conheceu originariamente da causa principal, ainda que esta se encontre no tribunal.

b) Todo aquele que desejar prevenir responsabilidade, prover a conservação e ressalva de seus direitos ou manifestar qualquer intenção de modo formal, poderá fazer por escrito a interpelação, em petição dirigida ao juiz, e requerer que do mesmo modo se intime a quem de direito.

c) No processo de justificação se admite defesa, porém não se admite recurso, por ser a decisão irrecorrível.

d) O juiz só concederá o arresto independentemente de justificação prévia, quando for requerido pela União, Estado ou Município, nos casos previstos em lei.

e) Ficará suspensa a execução do arresto se o devedor, tanto que intimado, pagar ou depositar em juízo a importância da dívida.

66. A ação rescisória tem por escopo corrigir erros *in procedendo* e *in iudicando*. Sempre que a ilegalidade é corrigida, o Poder Judiciário se fortalece e se engrandece como um dos Poderes em que se fundamenta o regime democrático. Ante essa premissa, dentre as proposições abaixo, marcar a única que está correta de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

a) A conclusão acerca da ocorrência de violação literal de lei pressupõe pronunciamento explícito, na sentença rescindenda, sobre a matéria veiculada.

b) Tem legitimidade para propor a ação rescisória o terceiro juridicamente interessado.

c) A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando a indenização fixada em ação de desapropriação direta ou indireta for flagrantemente superior ou manifestamente inferior ao preço de mercado objeto da ação judicial.

d) Cabe ação rescisória quando houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença.

e) Na ação rescisória, não estão impedidos juízes que participaram do julgamento rescindendo.

67. Dentre as proposições abaixo, assinalar a que está incorreta:

a) No que concerne ao Mandado de Segurança, a sentença que conceder o mandado fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, podendo, entretanto, ser executada provisoriamente.

b) Os contratos de hipoteca, de penhor, de anticrese e de caução, bem como de seguro de vida e de acidentes pessoais de que resulte morte ou incapacidade, são títulos executivos extra judiciais.

c) Nas obrigações alternativas, quando a escolha couber ao devedor, este será citado para exercer a opção e realizar a prestação dentro em 15 (quinze) dias, se outro prazo não lhe foi determinado em lei, no contrato, ou na sentença.

d) O devedor pode requerer ao juiz que mande citar o credor a receber em juízo o que lhe cabe conforme o título executivo judicial; neste caso, o devedor assume, no processo, posição idêntica à do exeqüente.

e) O formal e a certidão de partilha são títulos executivos judiciais.

68. Marcar a única afirmação que está correta:

a) No ato da interposição do recurso, o recorrente provará, independentemente da legislação pertinente à matéria, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retomo, sob pena de deserção.

b) A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo. Será, no entanto, recebida só no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que decidir o processo cautelar.

c) Recebido o agravo de instrumento no tribunal, e distribuído incontinenti, se não for caso de indeferimento liminar, o relator poderá requisitar informações ao juiz da causa, que as prestará no prazo de 5 (cinco) dias.

d) Cabem embargos de declaração quando houver na sentença ou no acórdão, obscuridade, dúvida ou contradição; ou então for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.

e) A medida cautelar poderá ser substituída a requerimento de qualquer das partes pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.

69. Examinando as afirmações que abaixo estão registradas, assinale a única que não está certa:

a) A vedação à criação de novos recursos é fruto da adoção do princípio da taxatividade, segundo o qual somente são considerados como tais aqueles designados pela lei federal.

b) Os Estados federados não têm competência concorrente ou residual para legislar sobre processo, e por causa dessa proibição não podem eles criar novos recursos ou restringir os já existentes.

c) Existem alguns remédios que, por absoluta falta de previsão legal, não são considerados recursos, mas tendo em vista a finalidade para a qual foram criados, são denominados sucedâneos de recursos, do que são exemplos, os incidentes de uniformização de jurisprudência e o mandado de injunção.

d) Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença que anular casamento.

e) A remessa obrigatória estava expressamente prevista como recurso no Código de Processo Civil de 1939.

70. Dentre as alternativas abaixo só há uma que está correta, assinalar essa alternativa:

a) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não há direito líquido e certo, amparado pelo mandado de segurança, quando se escuda em lei cujos efeitos foram anulados por outra, declarada constitucional pelo STF.

b) O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo, será citado para, dentro de 5 (cinco) dias, satisfazer a obrigação, ou, seguro o juízo, apresentar embargos.

c) Antes de arrematados ou adjudicados os bens, pode o devedor, a todo tempo, remir a execução, pagando a importância da dívida, mais juros, custas e honorários advocatícios.

d) O devedor será citado para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, pagar ou nomear bens à penhora.

e) A penhora de crédito, representada por letra de câmbio, nota promissória, duplicata, cheque ou outros títulos, far-se-á pela apreensão do documento, somente quando estiver em poder do devedor.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

71. Considerando a sistemática do Processo de Execução Trabalhista, dentre as afirmações abaixo, marcar a única que não está

certa:

a) É competente para a execução de título executivo extra judicial o juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria.

b) As Varas do Trabalho encaminharão ao órgão competente do INSS, mensalmente, cópias das guias pertinentes aos recolhimentos efetivados nos autos, salvo se outro prazo for estabelecido em regulamento.

c) As partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária incidente.

d) o Agravo de Petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução provisória imediata da parte remanescente, por carta de sentença.

e) Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário.

72. Nas proposições abaixo, assinalar a única que está correta:

a) Do ponto de vista doutrinário, os recursos em geral e dos processos trabalhistas em particular, possuem fundamentos de duas ordens: fundamentos jurídicos e fundamentos psicológicos. Um dos fundamentos jurídicos é a possibilidade de erro, ignorância ou má-fé do juiz ao julgar.

b) A injustiça da sentença e a má apreciação da prova ou errônea interpretação do contrato autorizam o exercício da ação rescisória.

c) O prazo para nomear bens à penhora é um prazo dilatatório, diferentemente do prazo para interposição de recursos, que é um prazo peremptório.

d) Na execução por carta, em qualquer hipótese, os embargos à execução serão julgados sempre pelo juízo deprecante.

e) No caso de recurso, o depósito de que fala o art. 899, § 1º, da CLT, deverá ser feito dentro de 5 (cinco) dias da data de sua interposição, sob

pena de deserção, de acordo com a Lei n. 5.584/70.

73. A CLT não prevê, de maneira sistemática, o Agravo Regimental como recurso, embora a ele faça ligeira referência (art. 709, § 1º). Contudo, é uma espécie de recurso previsto no Regimento Interno de cada Tribunal Regional do Trabalho, como é o caso aqui na Oitava Região. No Regimento é que estão as regras sobre as hipóteses de admissibilidade, além de outras regras a ele inerentes. Diante de tal peculiaridade, qual das proposições abaixo está correta:

a) Cabe Agravo Regimental para o Tribunal Pleno, oponível em 8 (oito) dias, a contar da intimação ou da publicação no órgão oficial, das decisões proferidas pelo Corregedor Regional, em reclamações correicionais.

b) Por ocasião do julgamento do Agravo Regimental, quer seja pelo Tribunal Pleno, pela Seção Especializada ou por uma das Turmas, havendo empate no julgamento, prevalecerá a decisão ou o despacho agravado.

c) Ressalvada a hipótese de indeferimento da inicial de Mandado de Segurança, não será permitida sustentação oral por ocasião do julgamento do Agravo Regimental.

d) Do despacho do Presidente que, em definitivo, resolver pedido de requisição de pagamento das importâncias devidas pela Fazenda Pública, cabe Agravo Regimental mas, nesse caso, o prazo para a interposição é dobrado.

e) Do despacho do juiz relator que indeferir liminarmente a petição inicial de Ação Anulatória, não cabe Agravo Regimental.

74. A economia processual, princípio informador de todo o direito processual, sobretudo o trabalhista, penetra no campo das nulidades com grande vigor, atenuando os efeitos e possibilitando o aproveitamento de atos processuais ainda que contaminados por alguma imperfeição. Por isso, nas alternativas que se seguem, deve ser assinalada a única que não está certa:

a) Quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de

nulidade, o Juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

b) De acordo com a CLT, deverá ser declarada *ex officio* a nulidade fundada em incompetência de foro. Nesse caso, serão considerados nulos os atos decisórios.

c) Ainda de acordo com a CLT, a nulidade não será pronunciada quando argüida por quem lhe tiver dado causa.

d) Segundo o princípio da transcendência, o prejuízo é a medida da nulidade. Sem aquele, esta não deve ser decretada.

e) Do ponto de vista da doutrina, há certos e determinados princípios que servem para moderar o sistema das nulidades dos atos processuais. Um deles é o denominado princípio da proteção, segundo o qual, o silêncio de uma das partes faz gerar a aceitação do ato realizado pela outra, ou induz a presunção de veracidade dos fatos narrados por esta.

75. Nas afirmações que se seguem, deve ser assinalada a única que está incorreta:

a) A decadência pode ser pronunciada de ofício, enquanto a prescrição, para ser conhecida, deve ser alegada pelo interessado, no caso de direitos patrimoniais.

b) São três as espécies de preclusão: temporal, consumativa e lógica. Elas podem atingir tanto as partes como o juiz, sendo que este somente pode ser atingido pela temporal e pela consumativa.

c) A prescrição atinge a exigibilidade dos direitos subjetivos, ao passo que a decadência afeta os direitos potestativos e não qualquer direito.

d) Não havendo preceito legal nem assinatura pelo juiz, será de cinco (5) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

e) Se o executado, procurado por duas vezes no espaço de 48 (quarenta e oito) horas, não for encontrado, far-se-á a citação por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Vara ou Juízo, durante cinco dias.

76. Levando-se em conta que no Processo Trabalhista a principal Fonte Formal do Direito Processual é, sem dúvida, a Consolidação das Leis do Trabalho, assinalar, dentre as afirmativas abaixo, aquela que está certa:

a) Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente a sua apresentação, registrada na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.

b) Das decisões proferidas em dissídio coletivo que afete empresa de serviço público, ou, em qualquer caso, das proferidas em revisão, poderão recorrer, além dos interessados, o Ministério Público do Trabalho.

c) Nos Tribunais Regionais, ainda que divididos em Turmas, não poderão designar Turma para o julgamento dos recursos ordinários interpostos das sentenças prolatadas nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.

d) Na hipótese de embargos à penhora, não tendo sido arroladas testemunhas na defesa, o juiz, ou presidente, conclusos os autos, proferirá sua decisão, dentro de 10 (dez) dias, julgando subsistente ou insubsistente a penhora.

e) Tratando-se de empregado sindicalizado que não tenha obtido o benefício da justiça gratuita, ou isenção de custas, o sindicato que houver intervindo no processo responderá diretamente pelo pagamento das custas devidas.

77. Nas afirmações abaixo existe uma que não está certa, assinalar essa alternativa:

a) O devedor responde, para o cumprimento de suas obrigações, com todos os seus bens presentes e futuros, salvo as restrições estabelecidas em lei.

- b) Na Justiça do Trabalho terá preferência em todas as fases processuais o dissídio cuja decisão tiver de ser executada perante o Juízo da falência.
- c) É facultado aos Presidentes dos Tribunais do Trabalho conceder, de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, aqueles que perceberem salário inferior ao dobro do mínimo legal, ou provarem o seu estado de miserabilidade.
- d) Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
- e) Na execução trabalhista, faculta-se ao devedor o pagamento imediato da parte que entender devida à Previdência Social, sem prejuízo da cobrança de eventuais diferenças encontradas na execução *ex officio*.

78. Marcar, dentre as alternativas em seguida registradas, a única que está certa:

- a) O sub-rogado pode também promover a execução e nela prosseguir, mas somente no caso de sub-rogação legal.
- b) De acordo com a Lei n. 6.830/80, que tem aplicação no processo de execução trabalhista, por disposição expressa do art. 889, da CLT, o oficial de justiça deverá efetuar, em 5 (cinco) dias úteis, as diligências que lhe forem ordenadas, salvo motivo de força maior devidamente justificado perante o Juízo.
- c) No caso de penhora, ter-se-á por ineficaz a nomeação, mesmo convindo ao credor, se o devedor, tendo bens livres e desembaraçados, nomear outros que o não sejam.
- d) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a prisão do depositário infiel não pode ser decretada no próprio processo em que se constitui o encargo, dependendo essa prisão da propositura da ação de depósito.
- e) Nos termos da jurisprudência do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o

depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide.

79. Nas proposições que estão abaixo registradas, existe uma incorreta, faça sua identificação:

a) Em audiência, ao aduzir razões finais, poderá qualquer das partes impugnar o valor fixado para determinação da alçada, e, se o juiz o mantiver, pedir revisão da decisão, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente do Tribunal Regional.

b) Das decisões proferidas nos dissídios coletivos poderá a União interpor recurso, o qual será sempre recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo quanto à parte que exceder o índice fixado pela política salarial do Governo.

c) A penhora sobre navio ou aeronave não obsta a que continue navegando ou operando até a alienação; mas o juiz, ao conceder a autorização para navegar ou operar, não permitirá que saia do porto ou aeroporto antes que o devedor faça o seguro usual contra riscos.

d) A divergência apta a ensejar o Recurso de Revista deve ser atual, não se considerando como tal a ultrapassada por súmula, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

e) Os recursos, na Justiça do Trabalho, serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas na CLT, permitida a execução provisória até a penhora.

80. A ação rescisória, indubitavelmente, é uma ação e não um recurso. Hoje não se discute mais o seu cabimento no Processo Trabalhista. Constitui uma demanda de caráter excepcional, não tem por objeto discutir o direito, mas atacar a coisa julgada. Diante dessas observações, assinalar nas proposições abaixo, qual delas está correta:

a) De acordo com a lei, é indispensável ao processamento da demanda rescisória a prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda. Verificando o relator que a parte interessada não juntou à inicial o

documento comprobatório, abrirá prazo de dez dias para que o faça, sob pena de indeferimento.

b) De acordo com a jurisprudência mais atualizada do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, só por ação anulatória é atacável o termo de conciliação previsto no parágrafo único do art. 831 da Consolidação das Leis do Trabalho.

c) Do ponto de vista doutrinário, além das condições que são exigidas para a proposição de uma ação, no caso da rescisória exige-se as seguintes condições específicas: *sentença de mérito transitada em julgado; enquadramento da decisão rescindenda em uma das causas ou hipóteses de rescisão e obediência ao prazo previsto para seu ajuizamento.*

d) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, na Justiça do Trabalho, admite-se ação rescisória contra sentença transitada em julgado, mas é preciso que contra ela tenham se esgotado todos os recursos.

e) Da decisão do Tribunal Regional do Trabalho em ação rescisória é cabível o recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho, em face da organização judiciária trabalhista.

DIREITO INTERNACIONAL

81. Assinale a alternativa correta:

Não é atribuição dos Agentes Consulares:

a) Proteger interesses comerciais dos Estados que os enviam às cidades e portos dos demais membros da comunidade internacional.

b) Assistir os seus nacionais.

c) Exercer a polícia de navegação com os portos do seu Estado.

d) Velar pela observância dos tratados comerciais firmados entre o seu Estado e o receptor.

e) Representar o Estado acreditante perante o Estado acreditado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

82. Dentre as alternativas abaixo, assinale a correta:

I. O *impeachment*, no ordenamento constitucional brasileiro, visa apurar a responsabilidade política do Presidente da República. E ele somente poderá ser condenado por dois terços dos votos dos Senadores.

II. A Constituição Federal de 1988, ao regular o *impeachment* do Presidente da República, limitou a competência da Câmara de Deputados a autorizar que o mesmo seja processado e julgado. E em caso de crime de responsabilidade, ampliou a competência do Senado, pois, além do julgamento do Presidente da República, que já lhe competia, deu-lhe competência para o respectivo processo.

III. O *impeachment* não se aplica apenas ao Presidente da República. A Constituição Federal de 1988, como as anteriores, a ele sujeita outras autoridades; não exige, porém, no caso destas, autorização prévia da Câmara de Deputados para o processo e julgamento.

IV. Se no curso do mandato, vagarem os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á, após a última vaga, eleição para ambos os cargos. Dependendo de quando isto ocorra, esta eleição poderá ser feita pelo próprio Congresso Nacional, por expressa disposição da Constituição Federal.

V. A duração mais ampla de mandato presidencial no Brasil, ocorreu sob a Constituição de 1937 e sob a de 1967, com a modificação da Emenda Constitucional nº 8/77, que a fixou em seis anos.

- a) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as alternativas II, III, IV e V estão corretas.
- c) Todas as alternativas estão corretas.
- d) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.
- e) Apenas as alternativas IV e V estão corretas.

83. Dentre as alternativas abaixo, assinale a correta:

I. A Ação Direta de Inconstitucionalidade apresenta-se sob a vigente Constituição Federal, ampliada no que tange à sua legitimidade ativa, legitimidade esta que foi repetida para a Ação Declaratória de Constitucionalidade.

II. A partir da lei reguladora do processo da Ação Direta de Inconstitucionalidade e da Ação Declaratória de Constitucionalidade, caso o Supremo Tribunal Federal decida pela inconstitucionalidade de uma lei, esta decisão não implicará sempre na declaração de nulidade do ato, isto é, poderá não ter efeito *ex tunc*.

III. Foi a partir da Constituição de 1934 que o Senado Federal passou a ter competência para suspender a execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. Ela se exerce tanto no controle difuso quanto no concentrado.

IV. A doutrina brasileira do Habeas Corpus, sob a vigência da Constituição de 1891, foi possível face ao tratamento genérico que a Constituição dava à liberdade a ser protegida pelo HC, além da falta de uma ação sumária e célere para proteção de direitos individuais, o que ensejou sua aceitação pelo Supremo Tribunal Federal.

V. A Emenda Constitucional de 1926, vinculando o Habeas Corpus à "liberdade de locomoção" e a criação do Mandado de Segurança, pela Constituição de 1934, fizeram cessar definitivamente a doutrina brasileira do Habeas Corpus.

- a) As alternativas III, IV e V estão corretas.
- b) As alternativas I, II e V estão corretas.
- c) As alternativas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as alternativas II e V estão corretas.
- e) As alternativas I e III estão corretas.

84. Dentre as alternativas abaixo, assinale a correta:

I. Compete às Câmaras Municipais julgar as contas anuais dos Prefeitos municipais. Sobre elas o Tribunal de Contas dos Estados ou o Tribunal de Contas dos Municípios, onde houver, emite parecer prévio, cuja rejeição somente poderá ocorrer por deliberação da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

II. Emenda Constitucional transformou o caráter do regime previdenciário brasileiro; agora o mesmo possui caráter contributivo.

III. A estabilidade do servidor público foi modificada pela chamada reforma administrativa implantada por Emenda Constitucional que, além de ampliar para três anos o prazo de sua aquisição, instituiu a possibilidade de perda do cargo mediante processo de avaliação periódica de desempenho, a ser regulado por lei complementar.

IV. Para preservar o patrimônio público ou o meio ambiente, de ações lesivas de autoridades públicas, o Ministério Público poderá propor contra as mesmas, ação popular, pois a Constituição de 1988 ampliou os casos a serem objeto desta ação.

V. A Constituição de 1988 veda a prisão civil de qualquer pessoa, brasileiro ou estrangeiro, salvo a do inadimplente por pensão alimentícia.

- a) As alternativas I, IV e V estão corretas.
- b) As alternativas I, II e IV estão corretas.
- c) As alternativas II, III e V estão corretas
- d) As alternativas I e III estão corretas.
- e) Apenas as alternativas II e III estão corretas.

85. Dentre as alternativas abaixo, assinale a correta:

I. Salvo os casos privativos de brasileiros natos, desde sua redação originária, a Constituição Federal de 1988 tornou acessível aos estrangeiros os cargos públicos.

II. Até a Constituição de 1934 o Brasil adotava apenas o controle jurisdicional de constitucionalidade de matriz norte-americana. A partir dela passou a um modelo híbrido, porque passou a adotar também o modelo austríaco, embora limitado à representação interventiva.

III. Foi somente sob a vigência da Constituição de 1967, e por via de Emenda Constitucional, que o Brasil instituiu a Ação Direta de Inconstitucionalidade genérica, não mais se limitando à representação interventiva.

IV. Introduzido pela Constituição de 1988, o Mandado de Segurança Coletivo, segue o mesmo tratamento do Mandado de Segurança, quanto à sua legitimidade ativa *ad causam*.

V. Para exercer o direito de requerer em Juízo Habeas Data, o interessado deve provar a negativa da via administrativa.

- a) Apenas as alternativas II, III e V estão corretas.
- b) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.
- c) As alternativas I, II e V estão corretas.
- d) As alternativas II, III, IV e V estão corretas.
- e) As alternativas I e IV estão corretas.

86. Dentre as alternativas abaixo, assinale a correta:

I. Os direitos e garantias individuais encontram-se expressamente tratados na Constituição Federal, logo após os princípios fundamentais. Para limitar o poder do Estado, a Constituição os trata exaustivamente, sem possibilidade de interpretações ampliativas.

II. A imunidade parlamentar do tipo formal, sofreu modificação pela Constituição de 1988, pois, a falta de deliberação sobre pedido de licença para processar e julgar o parlamentar, ou a negativa desta licença, suspende o prazo de prescrição enquanto durar o mandato.

III. A Justiça do Trabalho compõe-se, em todos os seus órgãos, de juízes togados e vitalícios e classistas e temporários. Estes são escolhidos, por eleição, através de seus respectivos órgãos de classe.

IV. A vitaliciedade e a irredutibilidade de vencimentos foram as primeiras garantias constitucionais conquistadas pelos magistrados brasileiros. A elas, foi acrescida a inamovibilidade, pela Constituição de 1934, o que não impede, porém, a remoção do magistrado, se esta fundar-se em decisão por voto de dois terços do respectivo Tribunal, assegurada ao magistrado a ampla defesa.

V. Na Administração Pública, constitui crime de responsabilidade iniciar qualquer investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, se este não estiver incluído no plano plurianual, salvo se houver lei que autorize sua inclusão.

- a) As alternativas III, IV e V estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as alternativas II, IV e V estão corretas.
- d) As alternativas I, IV e V estão corretas.
- e) As alternativas I, II e III estão corretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

87. Sobre a venda de bens públicos imóveis, é correto afirmar:

- a) Depende de avaliação prévia.
- b) Independe de autorização legislativa.
- c) O interesse público tem que ser devidamente justificado.
- d) As alternativas a e c estão corretas.
- e) São inalienáveis em razão de destinação legal.

88. Sobre o Poder de Polícia, do qual a Administração Pública é detentora, é correto afirmar:

- a) O Poder de Polícia somente pode ser utilizado por autoridade vinculada às Secretarias de Segurança Pública ou Ministério Público.
- b) O Poder de Polícia, no seu sentido amplo, significa toda e qualquer ação restritiva do Estado em relação aos direitos individuais.
- c) A competência para exercer o controle sobre o Poder de Polícia é privativa do Poder Judiciário.
- d) O Estado pode exercer o Poder de Polícia sobre assuntos de competência da União.
- e) A atribuição do Poder de Polícia não pode ser delegada.

89. Considerando as afirmações abaixo, assinale a alternativa correta:

- I. Todas as entidades federativas podem ter sua Administração Indireta.
 - II. A Administração Indireta é composta de órgãos internos do Estado.
 - III. A Administração Indireta é composta apenas de pessoas jurídicas, também denominadas de entidades.
 - IV. A Administração Indireta é totalmente desvinculada da Administração Direta.
 - V. A Administração Indireta constitui serviços integrados na estrutura administrativa do Poder Executivo.
- a) Somente a alternativa I está correta.
 - b) Somente as alternativas II e V estão corretas.
 - c) Todas as alternativas estão corretas.
 - d) Somente as alternativas I e III estão corretas.
 - e) Somente as alternativas III e IV estão corretas.

90. Assinale a alternativa correta:

- I. As autarquias fazem parte da Administração Direta.
 - II. As entidades da Administração Indireta só podem ser instituídas por lei.
 - III. As entidades da Administração Indireta podem ser instituídas através de qualquer ato normativo.
 - IV. É vedado ao Estado instituir entidades da Administração Indireta.
 - V. É permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- a) A alternativa I está correta.
 - b) Somente a alternativa II está correta.

- c) As alternativas II e V estão corretas.
- d) Todas as alternativas estão erradas.
- e) As alternativas III e IV estão corretas.

91. Sobre a imprescritibilidade e impenhorabilidade dos bens públicos, é correto afirmar:

I. Na execução contra a Fazenda Pública, uma vez expedido o precatório requisitório e não sendo pago no prazo estabelecido em lei, os bens públicos podem ser penhorados.

II. A impenhorabilidade tem garantia constitucional, mesmo contra crédito privilegiado.

III. Os bens públicos imóveis são passíveis de aquisição, pelo particular, via usucapião.

IV. A imprescritibilidade significa que os bens públicos são insuscetíveis de usucapião, independentemente da categoria a que pertençam.

V. Os bens públicos não podem ser penhorados, nem seqüestrados, em processo de execução contra a Fazenda Pública.

- a) As alternativas I e II estão corretas.
- b) As alternativas II e IV estão corretas.
- c) Apenas a alternativa IV está correta.
- d) Apenas a alternativa II está correta.
- e) As alternativas III e V estão corretas.

DIREITO PENAL

92. São crimes contra a Administração da Justiça:

- a) Opor-se maliciosamente às ordens judiciais, empregando ardis e meios artificiosos.
- b) Resistir injustificadamente às ordens judiciais.
- c) Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra

localidade do território nacional.

- d) Fazer afirmação falsa como testemunha em processo judicial.
- e) Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

93. Concorrem em igualdade de condições como dependentes do segurado:

- a) Os pais, o cônjuge e o filho menor de vinte e um anos.
- b) O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.
- c) O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho inválido.
- d) O cônjuge, a companheira, o companheiro, os pais, o filho e o irmão inválido.
- e) Os pais, o cônjuge, o companheiro, a companheira e o filho não emancipado de qualquer condição.

94. Não é devido benefício decorrente de acidente do trabalho:

- a) Ao segurado empregado.
- b) Ao trabalhador avulso.
- c) Ao médico residente.
- d) Ao segurado especial.
- e) Ao empregado doméstico.

DIREITO CIVIL

95. Assinale a alternativa correta:

I. As pessoas jurídicas são entes formados pelo agrupamento de homens, para fins determinados, que adquirem personalidade distinta dos seus componentes, e a lei reconhece-lhes capacidade de ter direitos e contrair obrigações.

II. A personalização dos grupos é construção técnica destinada a possibilitar e favorecer a atividade de um grupo que resolve cumprir determinados fins associativos.

III. Algumas expressões do grupo personalizado juridicamente são: a família, a sociedade de fato, a herança jacente e a massa falida.

IV. Outras expressões do grupo personalizado juridicamente são: as associações, as sociedades e as fundações.

V. Temos ainda como grupos personalizados, a empresa individual ou coletiva, o estabelecimento comercial, e o patrimônio que suporta a atividade de fundação.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) As afirmativas III e V são falsas.
- c) Apenas a afirmativa I está correta.
- d) Apenas a afirmativa V está correta.
- e) As afirmativas II, III e IV são falsas.

96. Assinale a alternativa correta:

O estudo do negócio jurídico, em seus efeitos, ocorre por três principais correntes: a voluntarista, a objetiva, e a da auto-responsabilidade. Esta última teoria podemos vincular a alguma afirmativa abaixo?

I. O objeto da tutela jurídica é o comportamento do sujeito e a confiança que sua declaração de vontade suscitou quando celebrou o negócio jurídico cujo resultado lhe será imputável.

II. O problema da legitimação através da vontade ou da declaração é

preocupação dos civilistas contemporâneos, que não admitem as formas contratuais modernas como o contrato coativo, o contrato-tipo, o contrato de adesão ou o contrato normativo.

III. É também conhecida pelos estudiosos do direito como a "teoria do crédito social".

IV. A vontade dos contratantes deve se auto-regulamentar pelos efeitos que pretender dar ao negócio jurídico.

V. A análise da vontade negocial suscita controvérsia a respeito da direção dos efeitos jurídicos e, assim, a solução do problema estará na intenção pretendida pelos contratantes.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa I está correta.
- c) As afirmativas IV e V estão corretas.
- d) As afirmativas I e III estão corretas.
- e) As afirmativas II e IV estão corretas.

97. Assinale a alternativa correta:

Os mais importantes atos da disposição pelo titular de direito de propriedade são:

I. A alienação, a hipoteca e a renúncia.

II. A doação, o comodato e a alienação.

III. O testamento, a doação e a alienação.

IV. A enfiteuse, o comodato e a venda pelo melhor preço.

V. A renúncia, a doação e a hipoteca.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Apenas a afirmativa IV está correta.
- e) Apenas a afirmativa V está correta.

98. Assinale a alternativa correta:

Com fundamento na melhor doutrina, em relação à condição nos efeitos de um determinado negócio jurídico, podemos dizer que:

I. A condição casual é aquela que depende do acaso, um evento inteiramente fortuito, ou depende unicamente da vontade de um terceiro.

II. A condição potestativa é aquela que depende exclusivamente da vontade de uma parte, mas não de seu arbítrio.

III. A condição positiva é aquela que subordina os efeitos do negócio a um acontecimento que se realizará ou não.

IV. A condição negativa é aquela que subordina os efeitos do ato jurídico ao acontecimento que não se realizará.

V. As condições mistas são aquelas que dependem, ao mesmo tempo, da vontade de uma das partes e do acaso ou da vontade de terceiro.

- a) Apenas as afirmativas I e V estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, II e V estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

DIREITO COMERCIAL

99. A finalidade da Ação Revocatória é:

- a) Impedir atos do falido sem consentimento do síndico.
- b) Impedir que o falido transfira bens da empresa 60 (sessenta) dias antes da decretação da falência.
- c) Tomar ineficaz atos praticados pelo falido que objetivem frustrar a arrecadação de bens da massa falida.
- d) Evitar que o síndico pratique atos na administração da massa falida sem consentimento judicial.

e) Permitir que os credores quirografários anulem qualquer alienação realizada.

100. A fim de permitir futuro direito de regresso contra o endossante, o portador de Duplicata endossada deve:

a) Encaminhar a Duplicata transmitida por endosso para cobrança bancária.

b) Protestar a Duplicata no prazo de 30 (trinta) dias após a data do seu vencimento.

c) Extrair Triplicata para posterior protesto.

d) Ingressar de imediato com Ação Monitória.

e) Notificar o endossante para evitar a prescrição.